

## UMA ABORDAGEM CONTRASTIVA DO TEMPO VERBAL

Beatriz Nunes de Oliveira LONGO<sup>1</sup>  
Solange ARANHA  
Soraia MARTINS

- RESUMO: Neste estudo, comparamos os sistemas de tempos verbais do português e do inglês, a fim de detectar as principais diferenças em seus significados. Com base em tais diferenças, estabelecemos uma hierarquia de dificuldades para estudantes de inglês como segunda língua. Em seguida, confrontamos as previsões com problemas apresentados por alunos universitários e analisamos outros fatores que poderiam afetar seu desempenho. Os resultados confirmaram a maior parte das previsões e demonstraram que as principais fontes de problemas são as *"Used to" forms*, o *Past Continuous* e o *Future Perfect*.
- UNITERMOS: Tempos verbais; análise contrastiva; hierarquia de dificuldades; ensino/aprendizagem de língua inglesa.

Neste artigo, relatamos os resultados de um estudo contrastivo sobre os tempos verbais do português e do inglês, que foi desenvolvido com os seguintes objetivos:

- (i) obter uma definição de tempos verbais que permitisse explicar seus diferentes empregos em frases simples das duas línguas;
- (ii) identificar as semelhanças e diferenças entre os dois sistemas temporais; e
- (iii) elaborar uma lista hierárquica das possíveis áreas mais problemáticas para o aluno na aprendizagem da língua inglesa.

A primeira questão que se colocou quando nos propusemos estudar os tempos verbais foi a de identificar as orações que expressam TEMPO no português, a fim de delimitar nosso campo de estudo.

Barbara (1975) reuniu evidências sintático-semânticas de que somente uma oração asseverativa pode conter TEMPO em sua estrutura subjacente. As orações asseverativas são aquelas cuja verdade ou falsidade pode ser sempre verificada. Estudando as semelhanças e dissimilitudes entre as orações asseverativas e as

---

1. Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

não-asseverativas, a autora concluiu que as primeiras "contêm tempo no auxiliar, e são afirmativas ou negativas e podem ser superficializadas no indicativo". (p. 62)<sup>2</sup>

Isso fica claro quando observamos que as orações asseverativas se opõem temporalmente em termos de significado, ao contrário das não-asseverativas. Exemplo:

- (1) a. Maria come feijão. (presente)  
b. Maria comeu feijão. (passado)  
c. Maria, coma feijão. (?)

Segundo Barbara, são asseverativas as orações declarativas no modo indicativo. As interrogativas, embora não sejam propriamente asseverativas, contêm uma asserção.

As imperativas são não-asseverativas, pois não podemos verificar o seu valor-verdade. São, portanto, não-temporais, embora pressuponham posterioridade em termos da execução do que é solicitado.

As subjuntivas podem ser asseverativas, quando seu conteúdo semântico equivale ao de uma declarativa, ou não-asseverativas, quando têm referência imperativa:

- (2) a. Você pediu que todos viessem.  
b. Você pensou que todos viessem.  
c. Você pediu: Venham todos.  
d. Você pensou: Todos vêm.  
e. \*Você pediu que todos vinham.  
f. Você pensou que todos vinham.

A diferença entre as orações encaixadas em (a) e (b) é que o valor-verdade da primeira não pode ser determinado e, o da segunda, sim. Além disso, somente a encaixada em (b) pode ser substituída por uma declarativa no modo indicativo, como se percebe pela comparação entre (2e) e (2f).

Assim, as eventuais distinções entre formas subjuntivas presentes, pretéritas ou futuras poderiam ser simples exigências dos princípios de seqüência de tempos em frases complexas. Nesses casos, teríamos, segundo Lyons (1979, p. 328) *forma* e não *modo* propriamente dito.

Como, portanto, todas as orações imperativas e muitas subjuntivas devem ser eliminadas de um esquema temporal, decidimos levar em conta apenas as orações no modo indicativo e selecionamos como ponto de partida os tempos simples do português.

Outra questão que se colocou foi a do estatuto do futuro. Para Lyons, o tempo é a categoria dêitica "que relaciona o tempo da ação, do acontecimento ou do estado referidos na frase ao momento da enunciação, que é 'agora'" (1979, p. 320). A melhor solução no seu estudo seria opor passado e não-passado, pois o futuro "é mais uma

---

2. Assim como Barbara, inserimos o trabalho no quadro teórico do gerativismo.

questão de modo do que de tempo" (p. 322) e o presente "nem sempre implica contemporaneidade com o ato da enunciação" (1981, p. 678). Como exemplos, cita os usos hipotético e indutivo do futuro, e ainda o presente com valor de futuro ou empregado para a afirmação de fatos atemporais ou onitemporais.

De acordo com Mira Mateus et al. (1983, p. 104), "dado que o futuro exprime sempre um valor modal, em línguas em que não está gramaticalizado é discutível considerá-lo um tempo". Quanto às línguas em que se gramaticaliza o futuro, como o português, afirmam: "Assim o futuro lingüístico assume sempre, associadamente a um valor temporal, um valor modal de não-factuality" (p. 119)

Tais conclusões poderiam estender-se sem dúvida a outros tempos do indicativo, de modo que a todos eles talvez pudéssemos atribuir valor modal. Por exemplo, a qualquer oração declarativa poderia ser relacionada uma avaliação epistêmica; ao pretérito poderia ser atribuído valor de irrealidade, e assim por diante. As categorias MODO e TEMPO, no português, não estão apenas morfológicamente amalgamadas. Relacionam-se estruturalmente do ponto de vista semântico, mas geralmente é possível atribuir predominância a uma delas na realização dos enunciados.

Na verdade, a concepção do futuro como MODO deriva de uma aproximação com o possível. Ao contrário do que ocorre no passado e no presente, o valor-verdade de uma frase no futuro não pode ser comprovado no momento da enunciação da frase. Embora várias possibilidades de realização se apresentem no momento da fala, a representação do futuro pode ser temporal, segundo Martin e Nef (1981), se admitirmos que somente uma das possibilidades realiza-se efetivamente.

Além disso, uma análise que levasse em conta apenas a oposição entre passado e não-passado traria pelo menos dois problemas: de um lado, a impossibilidade de conciliar o tempo cronológico com o gramatical e, de outro, a dificuldade de se obter ao menos uma definição para cada tempo simples do modo indicativo. Optamos então por manter a oposição tradicional entre passado, presente e futuro.

Na tentativa de encontrar o valor básico de cada tempo, analisamos em seguida vários modelos teóricos para o estudo do TEMPO, para selecionar o que mais se adequasse aos nossos objetivos.

Utilizando, como fez Lyons (1979, 1981), apenas dois momentos (o da ocorrência do evento e o do enunciado) para caracterizar os tempos verbais, mesmo se distinguirmos passado, presente e futuro, conciliando tempo cronológico e tempo gramatical, não conseguiremos dar conta de um terceiro componente da categoria, o psicológico. O conflito entre tempo cronológico, aparentemente irreversível, e psicológico, reversível e internalizado pelos indivíduos, só pôde ser resolvido, como aponta Corôa (1985), com o reconhecimento, a partir da teoria da relatividade, de que as relações entre os eventos são diferentes das relações entre a percepção dos eventos.

Reichenbach (1980), com base em teorias do tempo relativo, propôs que se utilizassem três momentos, ou pontos, nas definições dos tempos verbais. Ao momento do evento (ME) e ao momento da fala (MF), acrescentou o momento de referência (MR), sistema fixo através do qual o falante transmite ao ouvinte a sua

perspectiva temporal. O tempo deixa então de ser visto como um processo irreversível, absoluto, que ocorre fora dos indivíduos, passando a ser definido em relação a um observador. São as seguintes as definições fornecidas por Reichenbach:

<b>Estrutura</b>	<b>Nome novo</b>	<b>Nome tradicional</b>
E -R -F	<i>Anterior Past</i>	<i>Past Perfect</i>
E, F -R	<i>Simple Past</i>	<i>Simple Past</i>
E -F, R	<i>Anterior Present</i>	<i>Present Perfect</i>
F, R, E	<i>Simple Present</i>	<i>Present</i>
F, R, E	<i>Posterior Present</i>	<i>Simple Future</i>
F -E -R		
F, E -R	<i>Anterior Future</i>	<i>Future Perfect</i>
E -F -R		
F -R, E	<i>Simple Future</i>	<i>Simple Future</i>
F -R -E	<i>Posterior Future</i>	<i>Simple Future</i>

(Os traços representam anterioridade e as vírgulas, simultaneidade)

As tentativas mais recentes de definição dos tempos verbais partem em geral do quadro de Reichenbach, ampliando-o ou adaptando-o de diversas maneiras. Examinamos duas dessas propostas para o inglês: a de Comrie (1986) e a de Declerck (1986).

A proposta de Comrie apresenta dois problemas: não permite distinguir temporalmente o *Simple Past* do *Present Perfect* e deixa de captar, na definição dos tempos absoluto-relativos, como o *Future Perfect* ou o *Conditional*, a relação entre o ME e o MF. Esses problemas surgem porque Comrie usa apenas dois momentos para definir os chamados tempos absolutos e porque prefere não fixar o ME relativamente ao MF nos tempos combinados (*Past Perfect*, *Conditional (Perfect)* e *Future Perfect*). Como conseqüência, perde-se a possibilidade de expressar aquilo que o falante percebe mais facilmente, ou seja, a relativização entre ME e MF. Se a gramática pretende representar o conhecimento tácito do falante, refletindo sua intuição a respeito dos fatos linguísticos, a expressão da relação entre ME e MF só deveria ser abandonada se causasse problemas insuperáveis. Finalmente, por não levar em conta o MR na representação dos tempos absolutos, Comrie tem dificuldades para explicar, por exemplo, os diferentes usos do *Simple Present*.

Declerck propõe inicialmente um desdobramento do MR em TO (tempo de orientação) e TR (tempo de referência), mas acaba eliminando TO de suas representações. Além disso, assim como Comrie, deixa de fixar certos momentos na definição de determinados tempos. Essa solução não apresenta vantagens sobre a de Reichen-

bach, que prefere definir ambiguamente certos tempos, como o *Simple Future* e o *Future Perfect*. Optamos, portanto, pela manutenção do esquema deste último, procurando adaptá-lo segundo as sugestões de Corôa (1985), a fim de chegar a uma definição única para cada tempo (cf. Quadro I, p. 162).

Para o português, pareceram-nos interessantes duas propostas, que passamos a discutir.

Ilari (1981), considerando que o esquema de Reichenbach traz alguns problemas quando tentamos, por exemplo, formular uma regra de interpretação para uma sentença com verbo no presente e um adjunto de futuro, elaborou um quadro bem mais amplo, em que procura explicar os casos de "transporte de cena", isto é, o uso do presente histórico ou dramático e a interação presente + adjunto de futuro com valor de futuridade. Para ele, a solução também é não localizar o ME em relação ao MF. Configura-se então um quadro de relações bipolares onde os tempos verbais são definidos através da fixação, de um lado, do ME em relação ao MR e, de outro, do MF em relação ao MR. Conseqüentemente, temos problemas semelhantes aos apontados em Comrie, deixando-se de distinguir, por exemplo, o Perfeito do Imperfeito.

Corôa (1985) busca atribuir a cada tempo verbal do português uma definição única, centrando-se basicamente na interpretação fornecida pelo morfema modo-temporal do verbo. Adaptou o esquema de Reichenbach para nossa língua, apresentando as seguintes definições:

Presente:	ME,	MF,	MR
Mais-que-perf.:	ME	- MR	- MF
Imperfeito:	ME,	MR	- MF
Perfeito:	ME	- MF,	MR
Fut. do Pres.:	MF,	MR	- ME
Fut. do Pret.:	MR	- MF	- ME
Fut. Perfeito:	MF	- ME	- MR

Observando esse esquema, vemos que Corôa atribuiu simultaneidade a MF e MR nos tempos absolutos (Presente, Perfeito e Futuro do Presente). Na definição do Perfeito, Corôa afirma que isso é possível porque contemplamos o resultado do evento expresso pelo verbo, e o sistema de referência se distancia então do momento de realização desse evento, aproximando-se do presente, do momento da fala. Já no Futuro, MF é simultâneo a MR porque o evento é visto da perspectiva do MF, embora se realize posteriormente.

Corôa distingue temporalmente o Perfeito do Imperfeito, ainda que tal distinção deva ser complementada por outra, de nível aspectual. Para a autora, a diferença consiste em o falante, ao utilizar o Imperfeito, colocar-se numa perspectiva passada e de lá contemplar o evento em pleno desenvolvimento, sem se preocupar com seus limites. O Perfeito, ao contrário, "expressa um fato ocorrido visto a partir do momento da enunciação, tendo-se como referência algo 'atual' (...)". (Corôa, 1985, p. 53)

Desse modo, conseguiu definir de maneira não ambígua os tempos verbais, atribuindo a cada tempo simples do modo indicativo uma representação diferente.

Outra vantagem dessa proposta é que ela consegue captar a intuição do falante quanto à relação entre ME e MF. No Presente, ME é sempre simultâneo a MF, no Pretérito, é sempre anterior, e no Futuro, sempre posterior. Como se resolveriam, então, casos como (1)?

(1) João disse que viria ontem/hoje/amanhã.

Aparentemente, no Futuro do Pretérito ao menos, ME pode ser anterior, simultâneo ou posterior a MF. Entretanto, Corôa não leva em conta os referentes concretos de ME, ou atos de fala concretos, mas sim momentos teóricos. Em outras palavras, sua definição se aplica a tipos e não a ocorrências. Por isso, não é relevante o momento em que o evento efetivamente se realiza. Na definição do Futuro do Pretérito, ME é posterior a MF, porque o evento é visto como futuro a partir de uma perspectiva passada, e "o falante e o ouvinte contemplam essa possibilidade a partir de um sistema de referência que se coloca antes da enunciação (...)" (1985, p. 60). Por isso, MR é anterior a MF.

Para solucionar as dificuldades referentes aos casos do presente histórico ou de integração presente + adjunto de futuro, a autora propõe um deslocamento do MR em direção ao passado ou ao futuro. Como consequência dessa ampliação, tanto o ME quanto o MF acabam por se incluir no MR. Segundo Côroa (1985, p. 67), "ME e MF não têm necessariamente pontos em comum, mas ambos os têm com o MR".

Em outras palavras, ME é simultâneo a MR e MF também. Admitindo-se que a relação de simultaneidade é transitiva, temos a interpretação MR, MF, ME em frases como:

- (2) Em 1945, uma bomba arrasa Hiroshima.
- (3) Olha só o que a Luísa me apronta ontem.
- (4) Amanhã sem falta corrijo tudo.

Desse modo, é possível resolver os problemas de interação verbo/adjunto temporal, ao mesmo tempo em que se conserva uma só definição para o Presente.

Com base na argumentação de Corôa e nas suas representações dos tempos, procuramos obter definições não ambíguas para os tempos do inglês, adaptando o esquema de Reichenbach, e chegamos ao seguinte quadro esquemático:

Quadro 1

Presente / <i>Simple Present</i> :	ME, MF, MR
Imperfeito / <i>Simple Past</i> :	ME, MR - MF
Pretérito / <i>Present Perfect</i> :	ME - MR, MF
Mais-que-perf. / <i>Past Perfect</i> :	ME - MR MF
Futuro do Pres. / <i>Simple Future</i> :	MR, MF - ME
Futuro do Pret. / <i>Conditional</i> :	MR - MF - ME

Embora esse quadro fosse suficiente para representar de maneira não ambígua cada tempo simples do modo indicativo, a tentativa de aplicá-lo no estudo contrastivo dos diversos tempos não foi totalmente bem-sucedida.

A primeira dificuldade surgiu no estudo do Presente, que pode ter como equivalente o *Present Perfect* do inglês:

- (5) a. *Trabalho* aqui há muito tempo.
- b. *I've worked here for a long time.*

Por outro lado, também dentro da mesma língua podem surgir problemas. Comparando o Perfeito Simples e o Composto do português, não encontramos evidências que nos levassem a postular representações semânticas diversas. Entretanto, sabemos que nem sempre esses dois tempos são intercambiáveis num mesmo contexto.

Para resolver tais dificuldades, recorremos a um conjunto de traços, com base nas sugestões de Chafe (1979) e de Monteiro et al. (1980). Segundo Chafe (p. 173-4), manifestam-se no nome ou verbo "unidades semânticas cuja presença *não pode ser* predita, dada uma determinada unidade lexical", isto é, unidades semânticas flexionais. Como exemplos, temos *passado, genérico, perfectivo, progressivo, inferencial* etc. Chafe, entretanto, não leva em conta a manifestação superficial de tais unidades. Sua definição parece aplicar-se igualmente a morfemas verbais e a verbos auxiliares. É o que deduzimos da discussão sobre a unidade *perfectivo*, que se desenvolve a partir de seqüências em que se observa a interação de *have* + Particípio Passado no inglês; por outro lado, o termo unidade semântica flexional também é utilizado por Chafe para se referir a elementos que não recebem representação morfológica na estrutura superficial, como, por exemplo, *genérico*. Em vista disso, preferimos caracterizar os tempos em termos de traços semânticos abstratos. Tomamos por base Monteiro et al. (1980), que procuraram detectar os traços distintivos identificáveis nas orações com o *Present Perfect* do inglês e suas correspondentes no Pretérito Perfeito em português.

Em seu estudo, as autoras chegaram ao seguinte conjunto de traços: [+ completude, + relevância, + passado indefinido, + passado recente]. Na tentativa de encontrar uma caracterização que nos permitisse explicar os tempos tais como aparecem nas sentenças do português e do inglês, realizamos um levantamento dos diversos usos dos tempos em frases do inglês e do português.

A partir desse estudo, detectamos os traços necessários para a distinção dos tempos contrastados. Pudemos então estabelecer esquemas definitórios para as duas línguas. Tais esquemas estão representados no Quadro 2.

Em seguida, procuramos elaborar um inventário de dificuldades que, partindo das diferenças entre os dois sistemas temporais, levasse a uma previsão das áreas mais problemáticas para o aluno na aprendizagem do inglês. Para tanto, fundamentamos-nos na hierarquia de dificuldades proposta por Stockwell et al. (1969). Com base no pressuposto de que no ensino/aprendizagem de língua estrangeira as correspondências biunívocas são mais fáceis de se apreender, procuramos os autores determinar os tipos de 'falhas' na correspondência entre duas línguas. Organizamos os tipos numa

hierarquia que abrange das áreas mais difíceis às mais fáceis, partindo das escolhas que o aluno pode fazer para chegar às equivalências na língua-meta.

Quadro 2

TEMPO	REPRESENTAÇÃO	TRAÇOS				
		Perfect.	Relev.	Proj.	Defin.	Cont.
Presente	ME, MF, MR	-	+	+	±	±
Imperfeito	ME, MR - MF	-	±	±	±	±
Perfeito	ME - MR, MF	+	±	-	±	-
Mais-que-perfeito	ME - MR - MF	+	-	-	±	-
Fut. do Pres.	MF, MR - ME	-	-	+	±	-
Fut. do Pret.	MR - MF - ME	-	-	+	±	-
<i>Simple Present</i>	ME, MF, MR	-	+	+	±	-
<i>Simple Past</i>	ME, MR - MF	±	±	±	±	-
<i>Present Perfect</i>	ME - MR, MF	+	+	±	-	-
<i>Past Perfect</i>	ME - MR - MF	+	-	-	±	-
<i>Simple Future</i>	MR, MF - ME	-	-	+	±	-
<i>Conditional</i>	MR - MF - ME	-	±	±	±	-

Perfect. = Perfectivo

Relev. = Relevância no presente

Proj. = Projeção para o futuro

Defin. = Definido

Cont. = Contínuo

Segundo eles, teríamos basicamente cinco graus decrescentes de dificuldades:

- I - Correspondência negativa na língua nativa.
- II - Correspondência semântico-funcional, mas não estrutural.
- III - Correspondência negativa na língua-meta.
- IV - Correspondência estrutural, mas não semântico-funcional.
- V - Correspondência semântico-funcional e estrutural.

As áreas I e II são mais problemáticas; as equivalências que nelas se encontram causam dificuldades até mesmo para os alunos de estágios mais avançados. Os graus III e IV só deveriam causar problemas no início da aprendizagem. Entretanto, porque os professores e alunos não se encontram tão conscientes de tais dificuldades, os erros tendem a persistir. Finalmente, V teoricamente não é fonte de problemas.

Em nosso estudo, verificamos que as equivalências se concentravam nos níveis II e V (consideramos como correspondência estrutural o uso de morfemas temporais ou de perífrases para expressar os tempos). Assim, apenas os casos em II seriam virtualmente fonte de erros. Concluímos que os tempos que mais deveriam causar problemas para os alunos seriam: *Simple Future*, *Present Perfect*, "*Used to*" forms, *Past Continuous*, *Future Perfect*, *Past Perfect* e *Conditional*, todos eles, é claro, em determinados empregos.

Os demais usos, embora se enquadrassem no nível V, não foram totalmente descartados como fonte de erros, pois consideramos que as várias escolhas possíveis para cada tempo também poderiam originar algum tipo de problema.

Elaboramos então um estudo com base em um *corpus* restrito, montado a partir de dados obtidos junto a alunos do Curso de Letras da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP. Inicialmente, foram aplicados exercícios que visavam a identificar eventuais dificuldades dos alunos nos usos dos tempos em português. Os exercícios compreendiam desde o simples preenchimento de lacunas até a produção de pequenos textos dissertativos.

Concluímos que os alunos não apresentavam dificuldades na identificação e uso das formas simples do português, mas que os tempos compostos eram fonte de erros.

Uma das hipóteses iniciais da pesquisa era que os alunos apresentavam “apenas intuições muito vagas ou equivocadas” sobre o uso das formas típicas da língua escrita e das formas compostas em geral. Entretanto, os exercícios revelaram que até mesmo a identificação de tais formas era falha. Portanto, a escola não vem cumprindo seu papel nem mesmo nesse aspecto, muito embora já tenha sido comprovado que no primeiro e segundo graus predominam exercícios de classificação e identificação.

Esses dados parecem indicar que, no ensino dos tempos equivalentes às formas compostas do português, o professor não pode sequer levar em conta a competência dos alunos como fator de interferência na aprendizagem da língua estrangeira. Um estudo específico desse tema seria interessante e necessário.

Outro fato importante que os dados revelaram foi que os alunos, de modo geral, consideram como tempos compostos apenas os formados por *ter*, que a tradição gramatical reconhece como tais. Os tempos formados por outros auxiliares, de ocorrência freqüente tanto na língua falada como na escrita, não foram utilizados pelos alunos (com exceção de uma ocorrência do verbo *ir*) nos exercícios de substituição de formas simples por compostas. Isso ocorreu até mesmo quando a forma composta que substituiria mais naturalmente a simples era a formada por um auxiliar como *ir*, por exemplo, que é o caso do Futuro:

(6) Quem lhes *ensinaria* o caminho?

Nessa frase, novamente com a exceção de uma aluna, todos fizeram a substituição por *teria ensinado*, modificando substancialmente a leitura semântica. Parece que fica patente a dissociação entre as formas e seu conteúdo, evidenciando-se a memorização pura e simples de uma nomenclatura. Outro exemplo foi a substituição do Perfeito Simples pelo Composto ou do Futuro do Presente Simples pelo Composto em contextos que não possibilitariam a comutação.

A análise das frases registradas nos textos produzidos pelos alunos não acrescentou novos elementos aos resultados dos exercícios; os alunos não cometeram erros, talvez por terem evitado usar estruturas que não dominassem bem. Houve um domínio absoluto do Presente, e apenas um dos alunos utilizou formas compostas (Pretérito Perfeito Composto).

Já os testes com os dados do inglês tiveram resultados um pouco diferentes. De um modo geral, não houve dificuldades na identificação ou conjugação das formas, fossem elas simples ou compostas, o que sugere um treinamento mais 'eficaz', ao menos no que diz respeito à identificação e classificação de formas.

Quanto ao estudo contrastivo propriamente dito, ressaltamos que foi bastante difícil criar situações que levassem ao uso das formas que desejávamos investigar. Por isso, na primeira fase de testes, muitas dessas formas não ocorreram nas respostas. Em geral, a tendência foi a utilização dos tempos morfológicamente menos complexos (*Simple Future* pelo *Future Perfect*; *Simple Past* pelo *Past Perfect* etc.). Nos textos também não ocorreram muitas das formas que pretendíamos analisar. Como no português, os alunos evitaram o uso das formas mais complexas.

Decidimos então, num segundo momento, aplicar exercícios de respostas em inglês para perguntas em português e de tradução, que não permitissem mais de uma resposta e que, ao mesmo tempo, não levassem o aluno a utilizar o tempo desejado automaticamente. Embora se possa objetar que tal tipo de exercício pode provocar efeito contrário – isto é, induzir ao erro –, a confrontação das duas séries de exercícios eliminaria esse risco.

Aplicados os testes, verificamos que a discrepância entre os resultados obtidos na primeira e na segunda séries, quanto às formas que ocorreram nas duas, foi pequena em termos percentuais – da ordem de 10% a 15%. Somente no uso do *Past Continuous* correspondente ao Imperfeito do português os resultados divergiram significativamente. O nosso Imperfeito, por apresentar o traço [ ± contínuo ], pode ser utilizado em frases como:

(7) Eu trabalhava em São Paulo quando casei.

O inglês exige nesses casos um tempo progressivo:

(8) a. \**I worked in São Paulo when I got married.*  
b. *I was working in São Paulo when I got married.*

No exercício estrutural houve 100% de acertos, enquanto no de tradução houve 80% de erros, ao se testar essas correspondências. Ao menos para esse emprego, concluímos que o resultado da análise não é definitivo, sendo necessária a aplicação de uma nova série de testes.

De qualquer forma, as conclusões a que pudemos chegar confirmaram em grande parte as previsões do inventário teórico de dificuldades. Os empregos em que existe correspondência biunívoca entre as duas línguas normalmente não causaram problemas para os alunos, ocorrendo inclusive nos textos por eles produzidos. São aqueles que se enquadram no nível V da hierarquia. Os demais, que, como vimos, enquadram-se no nível II, são passíveis de provocar erros até mesmo da parte de alunos mais avançados. Foi o que se constatou no estudo aplicado. Em todas as séries houve erros no emprego de tais tempos, ainda que em três casos a porcentagem fosse relativamente baixa: o *Future*, o *Conditional* e o *Present Perfect*. No caso do *Future* e do *Conditional*, os

Alunos parecem optar por uma forma, entre às várias possibilidades de escolha que se apresentam, usando-a sempre, e diminuindo assim a margem de erros.

Já o emprego do *Present Perfect* contrariou as nossas expectativas, pois aparentemente ocorre o inverso do que Stockwell et al. (1969) sugerem. Como os professores e alunos estão muito conscientes da dificuldade de emprego deste tempo, o treinamento é mais intensivo e o desempenho dos alunos, melhor. De qualquer forma, confirmamos que até mesmo nos estágios mais avançados a dificuldade persiste para alguns alunos.

Portanto, os resultados da pesquisa foram satisfatórios. A confirmação da hierarquia mostrou a validade de suas previsões e também demonstrou, de certo modo, que os quadros de definição utilizados como ponto de partida são adequados para a caracterização dos tempos estudados: foi a partir das diferenças sugeridas pelos quadros que pudemos prever as áreas problemáticas. Uma definição falha dos tempos certamente teria levado a previsões incorretas.

Os resultados levaram-nos às seguintes conclusões:

(i) As representações semânticas propostas com base nas definições de Reichenbach, embora suficientes para distinguir os tempos por nós analisados, não lhes esgotam o significado, devendo ser complementadas com traços de base semântica, para poderem servir como ponto de partida na explicitação dos diferentes empregos dos tempos em frases do português e do inglês.

(ii) O desempenho dos alunos quanto ao português só foi satisfatório no que diz respeito aos tempos simples. Como já esperávamos, suas intuições eram bastante vagas, não só no que concerne às formas típicas da língua escrita, mas também a outras que consideramos de uso corriqueiro na língua falada. Foi o caso, por exemplo, do Imperfeito com valor de Futuro do Pretérito, registrado até mesmo nas gramáticas, e que alguns alunos consideraram inaceitável em frases como:

(9) Se você tivesse outra chance, em quem votava?

Tudo isso indica que é urgente e necessário colocar o aluno em contato com a riqueza do sistema temporal dos verbos do português e levá-lo a explorar essa riqueza, ajudando-o a trabalhar frases e textos de modo concreto. Não é admissível que, tomando por conhecidos os diversos empregos, limite-se a escola a fazer os alunos memorizar nomes e conjugar formas, como se as flexões verbais não fossem mera expressão de categorias de significado.

(iii) A comparação entre os dois sistemas temporais examinados evidenciou que os tempos que poderiam causar algum tipo de dificuldade para os alunos na aprendizagem do inglês são os seguintes: "*Used to*", *Past Continuous*, *Future Perfect*, *Simple Future*, *Conditional*, *Past Perfect*, *Present Perfect*, em determinados empregos.

(iv) A confrontação das hipóteses sobre as áreas problemáticas com os dados de um *corpus* restrito obtido junto a alunos universitários confirmou em grande parte as previsões da hierarquia. Houve alta incidência de erros no emprego do "*Used to*", *Future Perfect* e *Past Continuous*. Já os testes sobre o *Present Perfect*, *Conditional* e

*Future*, embora evidenciassem que tais tempos também são fonte de problemas, apresentavam porcentagens mais baixas. Procuramos então investigar outros fatores que interferissem no desempenho dos alunos nesses casos e verificamos que: (a) o uso do *Present Perfect* parece ser o mais enfatizado no ensino/aprendizagem da língua inglesa; (b) o *Future* e o *Conditional* são morfologicamente pouco complexos (*will/would* + infinitivo), o que facilita a sua assimilação. As outras possibilidades de formação do futuro são pouco exploradas (*be going to*, *continuous forms* etc.) e, como *will/would* praticamente recobre as demais, a incidência de erros diminui.

Outra conseqüência dessa opção dos alunos por uma de várias possibilidades de uso no inglês é que, ao contrário do que prevíamos, os casos do nível V em que há várias escolhas possíveis não se tornam fonte de erros. Portanto, confirmou-se mais uma vez a hierarquia proposta por Stockwell et al. (1969).

LONGO, B. N. de O.; ARANHA, S.; MARTINS, S. A contrastive approach to tense systems. *Alfa*, São Paulo, v. 36, p. 157-169, 1992.

- **ABSTRACT:** *In this study we have compared the tense systems of Portuguese and English, in order to find out their main differences in meaning. Based on such differences we established a hierarchy of difficulty for students of English as a second language. Then we tested our predictions against observation of the problems a group of university students had, and analysed other factors that might affect their performance. Our results confirmed most of the predictions and showed that the main sources of problems are "Used to" forms, the Past Continuous Tense, and the Future Perfect.*
- **KEYWORDS:** *Tense systems; contrastive analysis; hierarchy of difficulty; English teaching and learning.*

## Referências bibliográficas

- BARBARA, L. *Sintaxe transformacional do modo verbal*. São Paulo: Ática, 1975.
- CHAFE, W. *Significado e estrutura lingüística*. Trad. de M. H. M. Neves, O. L. A. Campos e S. V. Rodrigues. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- COMRIE, B. *Tense*. 2. ed. Cambridge: CUP, 1986.
- CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português: introdução à sua interpretação semântica*. Brasília: Thesaurus, 1985.
- DECLERCK, R. From Reichenbach (1947) to Comrie (1985) and beyond: towards a theory of tense. *Língua*, v. 70, p. 305-64, 1986.
- ILARI, R. Alguns recursos gramaticais para a expressão do tempo em português: notas de um projeto de pesquisa. In: *Estudos de filologia e lingüística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: Edusp, 1981. p. 181-93.
- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Trad. R. V. M. Silva e H. Pimentel. São Paulo: Edusp, 1979.

- LYONS, J. *Semantics*. 4. ed. Cambridge: CUP, 1981. 2 v.
- MARTIN, N., NEF, F. Temps linguistique et temps logique. *Langages*, v. 64, p. 7-20, dec. 1981.
- MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português atual. Coimbra: Almedina, 1983.
- MONTEIRO, D. C. et al. The perfective aspect in English and Portuguese. A contrastive study on semantic basis. *Alfa*, v. 24, p. 137-48, 1980.
- REICHENBACH, H. *Elements of symbolic logic*. New York: Dover, 1980.
- STOCKWELL, R. P. et al. Hierarchy of difficulty. In: *The grammatical structures of English and Spanish*. Chicago: The University of Chicago Press, 1969. p. 282-91.